

# Cooperação política entre cidades nas fronteiras do Mercosul

## *Political cooperation among the cities on Mercosul borders*

**Gilson César Pianta Corrêa<sup>1</sup>; Tatiana Souto Maior de Oliveira<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel/RS); Especialista em Administração de Recursos Humanos pela Faculdade de Tecnologia de Curitiba (FATEC/PR); Especialista em Administração Pública e Gerência de Cidades pela Faculdade de Tecnologia de Curitiba (FATEC/PR membro do Grupo de Pesquisas “Democracia Participativa, Espaço Público e Cidades Contemporâneas” (CNPq) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: [gcpianta@yahoo.com.br](mailto:gcpianta@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Doutoranda em Administração pela Universidad Argentina de la Empresa (UADE/AR); Mestre em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR); Especialista em Gestão da Tecnologia da Informação pela Universidade Positivo (UP/PR); Especialista em Tecnologia da Informação e Comunicação pela Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE/PR); Especialista em Administração pela Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE/PR); Bacharel em Comunicação Social. Professora da Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER/PR), das Faculdades Santa Cruz (FADESC/PR) e do TECPUC (PUC/PR). E-mail: [tatiana@jobtech.com.br](mailto:tatiana@jobtech.com.br).

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar determinados arranjos de cooperação política que, mesmo possuindo cunho local, resultam por abranger o cenário internacional, criando interessantes desdobramentos nas comunidades onde são implementados. Com a finalidade de abordar a temática proposta, as discussões perpassam temas relacionados às relações internacionais, à globalização na contemporaneidade, ao impacto da criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), às especificidades da cooperação e integração efetuadas em zonas de fronteira, bem como sua materialização na Câmara Binacional São Borja (BR)-Santo Tomé (AR).

**Palavras-chave:** Relações internacionais. Cooperação. Mercosul. Fronteiras.

## ABSTRACT

*This article aims to analyze certain political cooperation arrangements that, despite having a local origin, they turn out to involve the international scenery, resulting in interesting developments in the communities where they are implemented. With the intent to discuss the proposed theme, the discussions involve themes related to international relations, to globalization today, to the impact of the creation of the Common Market of the South (Mercosul), to the specificities of the cross-border cooperation and integration as well as its materialization at Camara Binacional (bi-national council) Sao Borja. (BR)- Santo Tome (AR).*

**Key-words:** *International Relations. Cooperation. Mercosul. Borders.*

## INTRODUÇÃO

*“La unidad de nuestros pueblos no es una simples quimera de los hombres, sino um inexorable decreto del destino”.*

*Simón Bolívar*

O enfrentamento de dificuldades socioeconômicas fez com que muitos países adotassem estratégias visando minimizar deficiências e melhorar suas respostas aos recentes desafios propostos pela globalização. Uma dessas estratégias é a integração regional. A literatura existente acerca do tema diferencia esse termo por meio de diversas abordagens, no entanto, destaca-se aqui a abordagem econômica e a política.

Na América Latina, os processos de integração ocorridos tiveram seus alicerces assentados predominantemente em pilares econômicos, estando o Mercosul também vinculado a essa regra. Após sua criação, e um período de maturação de quase duas décadas, é perceptível que, no âmbito macroestrutural, o Mercosul tem atuado de forma relativamente importante para superar as dificuldades referentes à inserção de seus membros no mercado global, cada vez mais dominado por blocos econômicos e políticos, bem como para alcançar maior competitividade internacional.

Na esfera microestrutural, as fronteiras das nações mercosulinas possuem relevância, uma vez que, segundo Steiman (2002), ao desenvolverem cooperação na resolução de problemas comuns, tornam-se vitais para o fortalecimento do processo integracionista mercosulino e também das zonas onde estão inseridas.

Historicamente, as regiões de fronteira sempre sofreram com o grande atraso socioeconômico de suas localizações geográficas, explicado, em parte, pelo isolamento de seus centros estaduais e nacionais, além da pouca representatividade econômica e política em seus Estados, e, por fim, pela grande dependência que possuem do setor primário monocultor (VALENCIANO, 1996).

Ganster et al., citados por Steiman (2002), afirmam que o impacto desse atraso pode ser observado por meio da cooperação entre países vizinhos em regiões de fronteira, que, muitas vezes, tem sido realizada de maneira informal e por meio de acordos entre as próprias autoridades locais dos países fronteiriços.

Nesse sentido, na fronteira mercosulina Brasil/Argentina, as estratégias e os interesses conjuntos permitem o surgimento de atitudes ligadas à cooperação na esfera política, a exemplo da desenvolvida pelos poderes legislativos municipais das cidades de São Borja (BR) e Santo Tomé (AR), que uniram suas forças e representatividades sob os auspícios da Câmara Binacional São Borja-Santo Tomé.

Dessa forma, o presente artigo problematiza inicialmente as Relações Internacionais e o impacto da globalização sobre estas e, sequencialmente, o processo integracionista representado pelo Mercosul, bem como as ações cooperativas que ocorrem nas fronteiras de seus membros, a exemplo da Câmara Binacional São Borja-Santo Tomé – projeto político internacional que envolve dois municípios limítrofes, um brasileiro e outro argentino.

Em termos das justificativas para a realização do presente trabalho, além da lacuna existente na produção de conhecimento referente à esfera da cooperação e integração internacional em nível local, o que por si somente já ensejaria a realização de trabalhos nesse campo, ainda se pode citar, ao menos, dois outros motivos que justificam a realização deste artigo.

O primeiro refere-se ao fato de que se faz oportuno tomar como objeto de estudo comunidades fronteiriças que, principalmente pelas distâncias que as separam das capitais, debatem-se com problemas de estagnação econômica e falta de perspectivas. Já o segundo motivo está ligado à necessidade de avaliar a emergência de novas entidades

não federais que negociam politicamente em nível internacional, bem como os resultados que estas têm obtido.

Operacionalmente, dentro de um objetivo geral destinado a analisar a cooperação intermunicipal exercida em nível internacional, especialmente o caso da Câmara Binacional São Borja (BR)-Santo Tomé (AR), ocorre o desmembramento deste em, ao menos, outros seis pontos específicos, os quais podem ser sucintamente elencados em termos de:

- a) caracterizar as relações internacionais, distinguindo seus conceitos e abordagens;
- b) definir o paradigma teórico mais vinculado com a atuação política internacional de entes públicos não federais;
- c) analisar o impacto do fenômeno da globalização nas relações internacionais atuais;
- d) verificar os impactos da globalização no papel do Estado moderno;
- e) realizar uma análise histórico-descritiva e crítica acerca da formação e da evolução do Mercado Comum do Sul (Mercosul);
- f) problematizar os tipos de integração e cooperação que ocorrem nas zonas de fronteira.

Finalmente, em se tratando de suas hipóteses, ao menos duas emergem centralmente no presente artigo: a primeira podendo ser definida em termos de que *a cooperação internacional exercida em nível local pode auxiliar na diminuição de problemáticas comuns a cidades fronteiriças, ainda que os municípios situem-se em nações diferentes*; a segunda, referindo-se ao fato de que *cada vez mais ocorre o protagonismo de agentes sociais não ligados à esfera de poder federal nas negociações envolvendo questões internacionais*.

A perspectiva metodológica utilizada no presente trabalho, dada sua proposta eminentemente teórica, é a revisão bibliográfica, definida por Köche (1997) como sendo a que se desenvolve tentando explicar um determinado problema utilizando-se dos conhecimentos disponíveis por meio das teorias publicadas em livros e outras obras semelhantes. Seu principal objetivo é o de conhecer e analisar as principais contribuições

teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema.

Nesse sentido, foi empreendida uma revisão bibliográfica dos trabalhos já realizados (artigos, livros, teses e rede mundial de computadores), tanto no Brasil quanto no exterior, buscando-se verificar as principais contribuições teóricas que se propõem a discutir as relações internacionais, a globalização na contemporaneidade, o impacto da criação do Mercosul, as especificidades da cooperação e integração fronteiriça, bem como sua materialização na Câmara Binacional São Borja (BR)-Santo Tomé (AR).

### **Uma definição de relações internacionais**

Tratando de definir as relações internacionais e buscando uma interpretação mais concisa acerca da temática, reuniram-se aqui dois grupos de abordagem. O primeiro grupo procura classificar as interações realizadas entre os países como relações interestatais, apresentando a realidade destas sob uma perspectiva conflitiva entre os interesses respectivos de cada Estado (GONÇALVES, 2002; WENDZEL, 1985).

Representando essa abordagem, Aron (1986) afirma que as relações entre os Estados ocorrem em diferentes níveis de cooperação, sendo elas marcadas por alianças provisórias e coalizões permanentes que, não raro, são determinadas pelas condições geográficas. As coalizões, segundo Deutsch (1982, p. 194), são um instrumento essencial para o exercício da influência e do poder, tanto em política internacional quanto em política interna. Ao focar essa questão, o autor coloca que, na maior parte das vezes, nenhuma pessoa, grupo ou país isolado é suficientemente forte para ter predomínio numa decisão importante, “quase sempre, cada um só tem condições de predominar com o apoio de uma coalizão” ou, então, não terá sucesso.

Analisando essa temática, o autor elabora a seguinte afirmação:

Dois Estados em conflito um com o outro invariavelmente descobrem encontrar-se estranhamente dependentes um do outro, muito embora seus interesses se choquem. Isto acontece porque nenhum dos dois governos envolvidos consegue obter tudo o que quer sem alguma cooperação (voluntária ou involuntária) por parte do outro. (DEUTSCH, 1982, p. 189)

Corroborando também essa visão, Merle (1981) afirma que as relações internacionais podem ser definidas por meio do vínculo com seus atores, significando, portanto, associá-las às interações entre os Estados. Ao colocar essa questão como fato indiscutível para se conceituar as relações internacionais sob critérios tradicionais, o autor constata, por diversos fatos confirmados em seu estudo, que o fenômeno estatal ainda se constitui um elemento formador da sociedade internacional.

No segundo grupo, as relações internacionais são ligadas aos fenômenos referentes a relacionamentos entre atores que negociam no mundo, incluindo-se aí não só o Estado com seu vínculo conflitual ou cooperativo, mas também os diversos domínios da sociedade (GONÇALVES, 2002; WENDZEL, 1985).

Da perspectiva desse grupo, de acordo com Mallmann (2005), os atores civis e privados passam a ser quase tão determinantes quanto a ação pública estatal, mesmo que as forças atuantes de cada um estejam em diferentes âmbitos. As transformações mundiais fizeram com que o discurso das relações internacionais, fundado somente nas relações entre os Estados, entrasse em crise, uma vez que agora não mais predominam as grandes potências estatais, mas sim novos atores na sociedade contemporânea.

Nesse ponto, a autora apoia seu argumento na seguinte assertiva:

convém salientar que o âmbito internacional é relacional e não geográfico e que, até muito recentemente, as únicas entidades que reuniam as condições materiais para se relacionarem nesse plano eram quase exclusivamente os Estados, o que tem mudado significativamente nas últimas décadas. Por obra das transformações daí decorrentes, importantes segmentos sociais têm reunido condições suficientes para existirem mundialmente, contribuindo proscrever a correspondência territorial entre Estado e sociedade [...]. (MALLMANN, 2005, p. 241)

De fato, existem outras abordagens para representar o contexto das relações internacionais, como a proposta por Santos (2002)<sup>1</sup> porém, a visão a ser analisada neste projeto é a do segundo grupo apresentado, qual seja, de que os atores civis e privados possuem um papel de importância quase semelhante aos entes estatais.

---

<sup>1</sup> Com o intuito de explicá-las, o autor identificou as relações internacionais em diferentes dimensões, tendo como critério o tipo de ator existente em cada uma, a saber, o Estado, os agentes econômicos e as pessoas.

## O impacto da globalização nas relações internacionais

Atualmente, assiste-se a toda uma nova conjuntura social, política e econômica mundial, a qual começou a formar-se a partir das grandes revoluções tecnológicas e informacionais – como a telemática –, sendo que os próprios processos de transformação das fronteiras, bem como dos territórios nacionais, perpassam pelo entendimento das particularidades históricas vivenciadas no período atual (ALMEIDA, 2001; ARROYO, 1998; PROCÓPIO, 2003; RIFKIN, 1995).

Ianni (1997, 2004), referindo-se aos novos acontecimentos ocorridos na história sociopolítica atual, bem como à emergência de uma “sociedade global”, afirma que essas circunstâncias, que possuem ainda pouco tempo de existência, certamente desafiarão as ciências sociais a repensarem seu objeto.

A globalização, numa definição preliminar de Giddens (1991), pode ser vista como sendo a intensificação das relações inerentes à sociedade em escala mundial, o que, por sua vez, tem o poder de ligar localidades distantes de tal forma que as ocorrências locais estão conectadas a eventos que se passam em regiões muito distantes, sendo que o mesmo se processa, ainda, em sentido inverso.

Beck (1999, p. 30), em uma definição de globalização em termos mais políticos, afirma que esta consiste nos “processos, em cujo andamento os Estados nacionais veem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais”.

A globalização emerge de maneira mais evidente, tanto em suas configurações quanto em seus movimentos, no final do século XX, a partir do fim do mundo dicotomizado entre capitalismo e comunismo. Este fim, para autores como Huntington (2001), significa uma mudança radical do paradigma utilizado para a compreensão da política mundial, com a migração da principal fonte de conflitos da esfera ideológica<sup>2</sup> para a cultural, isto é, um “choque de civilizações”.

---

<sup>2</sup> Sendo ideologia aqui definida como um instrumento prático e polivalente, socialmente relevante e particularmente eficaz (MARTINS, 2002).

A partir da década de 1990, ainda no que tange à política, é interessante destacar, segundo Fukuyama (1992), o surgimento de toda uma situação de falência de modelos, em que tanto a esquerda comunista, quanto a direita autoritária entraram em colapso devido a uma ausência total de ideias sérias, capazes de manter a coesão política interna de governos pretensamente fortes.

Outro ponto que se pode salientar nesse período é o aumento da participação da sociedade civil em diversos segmentos politizados, sendo esta, em parte, representada pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) que, de acordo com Alves (2001), possuem uma inserção cada vez maior, inclusive, nos trabalhos das Nações Unidas.

Esse engajamento de atores sociais não estatais assume, também, um caráter transnacional, sendo isso, para Serbin (2004), um dos elementos de uma nova sociedade:

En este marco un nuevo entramado de organizaciones y redes solidarias y sin fines de lucro y de movimientos de diverso tipo ha sido conformando en la actualidad una incipiente sociedad civil transnacional, que no se limita a las organizaciones nongubernamentales internacionales (ONGIS), configurando un amplio espectro de asociaciones e instituciones a nivel mundial del cual las ONGIS son, como señala una publicación, tan ‘sólo la punta del iceberg’, probablemente más visible y expuesta, pero que encubre una gama mucho más amplia de redes y organizaciones transnacionales forjando efectivamente los elementos de una sociedad civil global. (SERBIN, 2004, p. 281-2)

Colocando em evidência as transformações espaço-temporais do mundo atual, Harvey (1998, 2004) traz uma importante visão a respeito desse assunto, ao salientar que a ascensão do termo “globalização” assinala uma profunda reorganização geográfica do próprio capitalismo. De um lado, o autor aborda a questão referente à compressão do tempo-espaço, sendo esta uma aceleração do ritmo de vida, facilitada pela tecnologia<sup>3</sup>.

De outro, Harvey (2004) afirma que o conceito de “fábrica” não possui o significado estanque que possuía antes, sendo, pois, a definição de um espaço de produção que pode estar vinculado geograficamente apenas de forma momentânea.

As consequências sociais e humanas desses fatos, em termos de degradação, não apenas das condições de trabalho – como a precarização e a flexibilização, tão

debatidas nos dias atuais (CASTEL, 1999; CHAHAD, 2003; LARANGEIRA, 1997) –, mas das próprias condições familiares de vida e da inserção das referidas famílias no conjunto da sociedade, são bastante negativas.

Vale lembrar que os efeitos dessa nova conjuntura global atingem também a caracterização de diversos conceitos dentro das ciências sociais, a exemplo dos que se baseiam na centralidade do mundo do trabalho no âmbito sociológico. Essa proeminência das relações trabalhistas na sociedade é criticada por autores como Offe (1995), para quem o mundo do trabalho é cada vez menos central.

Diferentemente, De La Garza Toledo (2000) é mais conservador nesse sentido, observando que pode estar ocorrendo, na realidade, uma mudança no significado do que é trabalhar, e não uma perda efetiva de importância por parte da categoria sociológica representada pelo trabalho. De qualquer forma, a simples necessidade atual desse debate já deixa claro o estremecimento de vários paradigmas da sociologia.

Abordando também as consequências da globalização, Arroyo (1998, p. 21) afirma que o predomínio da esfera financeira no âmbito mundial desenvolveu múltiplas formas de associação entre empresas de diferentes nações, incluindo-se aí os acordos de subcontratação, os investimentos cruzados, as aquisições etc. A esse respeito, a autora revela que é na força de aquisições-fusões transfronteiriças que os grandes grupos buscam ganhar novas parcelas de mercado, conseguindo, por meio disso, aumentar os investimentos estrangeiros diretos, que “nem sempre são sinônimo de criação de novas capacidades produtivas”.

Uma questão importante a ser discutida na nova conjuntura perpetrada pela globalização é o papel do Estado, uma vez que existe, para autores como Martins (1995), um processo contínuo de debilidade tanto da soberania como da democracia.

Para Gugliano (2000), a crise que ocorre nos Estados nacionais é o elemento central que torna possível a expansão da globalização, entretanto, o autor não acredita que isso signifique um enfraquecimento do Estado – muitas estruturas estatais, inclusive, são refortalecidas para possibilitar a implantação de reformas radicais em curto prazo –,

---

<sup>3</sup> Santos (2005), no entanto, afirma serem estas tecnologias disponíveis para poucos, o que inviabiliza o uso

pois é necessário que este seja forte para gerir seu próprio desmonte, sem correr o risco de conflitos sociais.

De qualquer modo, no que tange à globalização e à integração, pode-se dizer que os processos de transformação do sistema mundial reorganizaram todo o cenário internacional, desenhando uma nova concepção acerca do espaço-mundo e dos entes estatais.

Com relação aos espaços geográficos nacionais e regionais, estes se rearticularam, modificando sobremaneira a organização das áreas de fronteira, dos territórios e da sociedade. É nesse entender que se torna necessário analisar essas mudanças, para que os fatos passíveis de observação em torno do processo integracionista sejam compreendidos à luz dos movimentos nacionais, regionais e locais.

### **Mercosul: o início e o desenvolvimento**

O processo histórico que desencadeou as iniciativas de integração mercosulina iniciou-se nos anos 1980, na chamada “década perdida”. Segundo Arroyo (1997), essa denominação deveu-se ao fato de que a América Latina estava passando por um período de retardamento de seu processo de industrialização, influenciado fortemente pelo modelo de crescimento com endividamento. É nesse contexto particular para o continente latino-americano, de acordo com a autora, que as associações surgem como uma das formas de reativação econômica.

Muitas nações procuraram melhorar sua eficácia por meio de tentativas de integração, de modo que a formação de mercados sub-regionais se mostrou relevante, pois estes atendiam a demandas bastante específicas de seus membros, em contraste com os grandes blocos econômicos regionais, como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Essa é a motivação para a criação de sub-regiões integradas – um bloco econômico menor contido em um maior –, como o Pacto Andino e o Mercosul.

O Mercosul é uma importante tentativa de integração sub-regional, um bloco econômico formado por importantes nações sul-americanas que visa implementar a

---

indiscriminado desse conceito.

cooperação econômica – especialmente comercial – dentro da parte meridional da América do Sul. Brasil e Argentina possuem posição de destaque e liderança dentro desse projeto integracionista, cuja proposta já atraiu outras nações do continente para a associação. Alguns pontos importantes acerca desse bloco – onde o Brasil deposita fortes interesses – serão tratados a seguir.

Conforme Pébayle (1994), o Mercosul é o resultado da concretização, pelo Tratado de Assunção, de uma vontade já antiga de união econômica dentro do continente latino-americano.

A criação do Mercado Comum do Sul, como frisam Carvalho e Silva (2000), foi antecedida por diversos acordos bilaterais entre o Brasil e a Argentina, sendo que, em julho de 1986, os presidentes brasileiro e argentino ratificaram a Ata para Integração Argentino-Brasileira, que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). No ano de 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, cujo principal objetivo era constituir um espaço econômico comum em um prazo máximo de 10 anos, o que ocorreria por meio da liberalização progressiva do comércio.

Nesse primeiro estágio, ainda segundo os autores, também é interessante citar que foram ratificados 24 protocolos sobre assuntos específicos, como bens de capital, trigo e indústrias automobilísticas, sendo tais documentos consolidados por intermédio do Acordo de Complementação Econômica n. 14, assinado em dezembro de 1990, no âmbito da ALADI. Esse acordo, por sua vez, foi complementado e estendido ao Paraguai e ao Uruguai pelo Tratado de Assunção, ratificado em 26 de março de 1991, entrando em vigor em 29 de novembro de 1991. O referido Tratado criava, então, o Mercosul.

O Tratado de Assunção, conforme Foschete (1999), foi complementado por vários protocolos adicionais, destacando-se o Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado em dezembro de 1991, e o Protocolo de Ouro Preto sobre Aspectos Institucionais, assinado em dezembro de 1995, por meio do qual foi estabelecida a estrutura institucional do Mercosul. Na verdade, o Tratado de Assunção constitui-se em um acordo-marco, no qual foram definidos determinados mecanismos destinados à formação de uma zona de livre comércio e de uma união aduaneira nessa

sub-região sul-americana.

O Mercosul, salientam Carvalho e Silva (2000), representa um desligamento do processo de substituição das importações proposto anteriormente pela CEPAL, e constituir-se-ia então, uma transição para um modelo de desenvolvimento caracterizado pela abertura econômico-comercial e pela aceleração da integração.

Segundo Zapparoli e Lima (1998), os principais objetivos do Mercosul visam: ampliar os mercados nacionais; aproveitar melhor os recursos regionais disponíveis; propiciar que esta região passe a ter uma presença mais importante na economia internacional, mudando assim o perfil econômico-político sul-americano.

Com a finalidade de reduzir seus impactos e as resistências dos grandes agentes econômicos, foi estabelecido um estágio de transição para o novo modelo, dentro do qual, eventuais assimetrias deveriam ser minimizadas. Respeitando a citada fase de transição, conforme os autores, a plena consolidação do Mercosul estava prevista para o ano de 2006, quando até mesmo os produtos considerados mais sensíveis, em termos de comércio recíproco, estariam submetidos a um regime comercial igual em todos os países-membros do acordo. Dito de outra forma, desde o momento da assinatura do Tratado, até 31 de dezembro de 1994, viveu-se a fase de transição para uma zona de livre comércio, um período em que a preocupação recaiu principalmente sobre a remoção dos obstáculos tarifários e não tarifários à livre circulação de bens.

A partir de sua criação, enfatizam Cateora e Graham (2001), o Mercosul tornou-se a mais influente e bem-sucedida área de livre-comércio da América do Sul, sendo que, com a adição da Bolívia e do Chile, o bloco tornou-se um mercado importante, tanto demográfica quanto economicamente, haja vista o seu grande PIB global. Em relação ao comércio intramercosul, este se mostrou bastante pujante, especialmente no início de suas operações, pois, como mostra Albuquerque (1997), seus valores triplicaram no período que compreendeu entre 1991 e 1996.

As exportações dentro da zona mercosulina, que em 1996 totalizavam 17.034 milhões de dólares, já alcançavam a cifra de 25.629 milhões de dólares no ano de 2006, traduzindo-se em um aumento de quase 50% em um período de 10 anos. No caso das importações, os números são bastante semelhantes, sendo conveniente salientar que o

fato de os membros do Mercosul terem obtido maior incremento em seus PIBs nacionais nos anos 1990 do que na década anterior contribuiu com esses números positivos (CEI, 2008; DATHEIN, 2004).

Ao longo do processo mercosulino, têm crescido os compromissos em diversas áreas que não fazem parte da agenda econômico-comercial, destacando-se o Fórum Consultivo Econômico Social, o Subgrupo de Trabalho n. 10, a Comissão Sociolaboral e o Observatório do Mercado de Trabalho, entre outros (CAMARA, 2004; CERÓN, 2006).

Segundo Camara (2004), o Mercosul configurou-se – mais precisamente em meados da década passada, pois, atualmente, seus países estão fortemente focados em questões internas – também como um espaço político de grande importância no continente. Nesse sentido, não obstante ao fato de ter sido criado como projeto de natureza econômica, ele corresponde, com efeito, a uma iniciativa político-estratégica que teve na redemocratização de seus países-membros um pilar fundamental. A dimensão política do bloco, embora arrefecida, traduz-se em uma agenda de cooperação que não tem vínculos diretos com questões econômico-comerciais, as quais, certamente, são o motor da integração no Cone Sul.

No entanto, apesar dos esforços de seus membros, não se pode esquecer que os notáveis avanços do Mercosul concentraram-se nas áreas econômica e comercial, restando diversas questões sociais em aberto, como as relativas ao trabalho e à educação multinacionais e à construção de uma cidadania mercosulina. Além disso, também ocorrem ciclicamente conflitos comerciais entre setores produtivos dos países-membros, o que certamente desgasta e arrefece o espírito integracionista do bloco.

Em função disso, existem muitas opiniões de que o Mercosul passa atualmente por um certo processo de estagnação e crise, não faltando, ainda, os que apontem para a necessidade de uma refundação estratégica do bloco. Nesse sentido, conforme Seitenfus (2005), associar a palavra *crise* ao processo de construção do Mercosul já vem se tornando, inclusive, um lugar comum.

Outro ponto importante é que, caso exista vontade política de que o Mercosul venha realmente a converter-se em um mercado comum, é preciso, de acordo com Cano (2004), em algum momento iniciar um processo gradual de harmonização tributária.

### **Considerações acerca da integração fronteiriça**

Segundo Lehnen et al. (1990), a evolução do conceito de fronteira está relacionada com as mudanças políticas, econômicas, sociais, tecnológicas e ambientais ocorridas no atual contexto mundial, sendo elas marcadas por profundas implicações que definem as organizações espaciais em diferentes escalas geográficas.

Nesse sentido, afirmam os autores, as transformações no conceito integracionista fronteiriço, no âmbito internacional, estão relacionadas às mudanças recentes que vêm ocorrendo na ciência e na tecnologia, com complexas ligações de cunho político e social com as organizações espaciais da sociedade contemporânea.

Sob uma perspectiva histórica, Claval, citado por Lehnen et al. (1990), afirma que, no final do século XIX, os sistemas sociais integraram-se, formando uma rede de relações internacionais. É esse fator que dá início ao processo de consolidação, em todos os continentes, de estados e nações com interesses convergentes nas relações internacionais, tendo como resultado as tentativas progressivas de integração espacial em diferentes soberanias.

De acordo com Oliveira, Köch e Barcellos (1999), as mudanças estruturais no final do século passado – sendo elas a internacionalização do capital, a mundialização das relações produtivas e comerciais e a redefinição da divisão global do trabalho – acabaram por impactar profundamente o perfil das áreas de fronteira entre os países, cumprindo elas agora um papel importante na articulação dos espaços em níveis mundial, regional e local.

A esse respeito é importante sublinhar a opinião de Castello (1995), ao afirmar que é nas áreas em que se localizam os limites nacionais que a integração ocorre de fato e, portanto, onde os efeitos e as pressões advindas do processo de integração mercosulino se fazem sentir nas sociedades locais e em seus espaços delimitados. Ainda que o bloco possua um novo papel nas relações entre os quatro países, é nas áreas de fronteira que as alterações se tornam mais visíveis.

Conforme observa Farret (1997), como acabam sendo relativamente isoladas dos dois lados pelos seus respectivos governos nacionais, as áreas de fronteira desenvolveram o que o autor chama de “estratégias de sobrevivência”, que criam complementaridades, independentemente das macrodecisões nacionais, pela via dos fluxos de pessoas, bens e serviços, de modo a aproveitar vantagens econômicas comparativas geralmente proporcionadas por diferenças cambiais existentes.

As áreas de fronteira podem ser conceituadas como zonas de separação e de aproximação, linha de barreira e espaço polarizador regulando os povos, culturas, políticas, economias etc. No âmbito do Mercosul, essas faixas de fronteira possuem um papel importante, pois assim como separam, também unem as sociedades onde estão inseridas (CASTELLO, 1995; OLIVEIRA; BARCELLOS, 1999). Nesse sentido, Schäffer afirma que:

Para esse novo momento da economia mundial, de máximo avanço da expansão capitalista, põe-se em pauta a existência dos espaços nacionais e o papel de suas fronteiras, cada vez mais norteadas por centros de decisão que estão distantes. O principal alinhamento na “questão fronteira” diz respeito ao desmoronar do significado das fronteiras rígidas e militarizadas e o apelo à intensificação da cooperação e da integração transfronteiriça (SCHÄFFER, 1995, p. 79).

É a partir dessas observações que a questão da fronteira surge como relevante ao desenvolvimento de estratégias não só de seus Estados nacionais, mas também de suas comunidades, ou seja, no âmbito subnacional. Ainda que as zonas interfronteiriças estejam ligadas a seus poderes centrais, elas são delineadoras de propostas conjuntas interessantes ao processo de integração do Mercosul, uma vez que os problemas com os quais se deparam em sua realidade regional constituem-se em exemplos para os países do bloco mercosulino (STEIMAN, 2002).

Outra visão a respeito da questão da integração nas fronteiras é a apresentada por Oliveira e Barcellos (1999), que ressaltam os problemas emergentes da formação de blocos econômicos nessas zonas. O primeiro ponto levantado pelas autoras é de que os reflexos da dinâmica integracionista no fenômeno migratório tendem a assumir maior complexidade, em vista de que a rearticulação da economia impõe certas condições para que a população consiga se inserir no mercado de trabalho.

O segundo refere-se ao meio ambiente. Por conta da redução das barreiras para a circulação de capitais, as ações não controladas sobre os recursos naturais são crescentes, aumentando os riscos de contaminação ou agressão ao meio ambiente.

O terceiro ponto que, segundo as autoras, constitui-se em efeitos desestruturadores sobre práticas urbanas consolidadas nos espaços fronteiriços, está relacionado à deterioração das vias de acesso e às mudanças no uso e na ocupação do solo, tendo em vista que as medidas implementadas pelo Mercosul incrementaram sensivelmente o tráfego de mercadorias, com impactos urbanos muito significativos.

Outro fato apontado por Oliveira e Barcellos (1999) é que, em decorrência das políticas de ajuste econômico, em particular a homogeneização do câmbio entre os países vizinhos, houve uma desarticulação dos comércios formal e informal existentes nas fronteiras. Para as autoras, as alterações nos comércios fronteiriços desestabilizaram os centros comerciais existentes nessas zonas.

Sendo assim, de um lado, a expectativa em torno da integração fronteiriça é visível, uma vez que o momento se mostra favorável, em parte pela atuação de blocos regionais – nesse caso, o Mercosul – e também pelos progressos que diversas regiões integradas têm vivenciado. De outro lado, é fundamental a implementação de políticas regionais que potencializem essas áreas, já que as mudanças decorrentes dos planos do bloco mercosulino tendem a privilegiar os grandes centros, enquanto as áreas mais afastadas poderão ficar estagnadas (OLIVEIRA; BARCELLOS, 1999).

### **A Câmara Binacional São Borja (BR)-Santo Tomé (AR)**

Há muitas tentativas de fazer com que o Mercosul avance em termos de integração política, uma vez que o bloco centra suas atividades demasiadamente nas esferas comercial e econômica, sendo um exemplo desse desejo a própria existência da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC), um órgão de representação dos parlamentos mercosulinos que, no entanto, não possui poder decisório.

No caso da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Ventura (2003) assinala que este órgão centra seus esforços em dois pontos: o primeiro destinado a acelerar os

processos internos dos Estados-membros, facilitando, assim, a entrada em vigor das regras advindas das instituições do Mercosul; o segundo, tendo a função de auxiliar a harmonização de legislações, tal como requerida pelo avanço do processo de integração.

Na fronteira oeste gaúcha, mais precisamente em São Borja, município de grande tradição política no Brasil – terra de dois presidentes da república, Getúlio Vargas e João Goulart –, encontra-se um projeto político realizado conjuntamente com a cidade argentina situada na outra margem do rio Uruguai, Santo Tomé, na província de Corrientes, e que segue essa linha de busca por um aprofundamento das relações políticas mercosulinas.

Esse projeto político conjunto trata-se da Câmara Binacional São Borja-Santo Tomé (em Corrientes, conhecida como Cámara Legislativa Santo Tomé-San Borja), uma proposta que visa reunir os vereadores da Câmara Legislativa Municipal de São Borja e os Concejales do Concejo Deliberante de Santo Tomé, os quais, em reuniões conjuntas, buscam soluções e alternativas para questões que afetam ambas as municipalidades. Em sua pauta atual de temas discutidos, tem sido importante a questão referente à construção do Complexo Hidrelétrico Binacional de Garabi.

A região, que passa por sérias dificuldades econômicas, vê na construção desse empreendimento um importante aporte de recursos e a geração de empregos, visto ser um projeto com investimentos de US\$ 2 bilhões, gerador de 10.000 empregos diretos e 1.800 Megawatts de energia elétrica (GOVERNO DO ESTADO DO RS, 2007).

Além da questão da represa de Garabi, a instalação de indústrias celulósicas também tem dominado as discussões da Câmara Binacional, como se pode ver a seguir:

Brasileños y argentinos se juntaron para tratar temas de interés común. Así, resurgió la Cámara Legislativa Binacional Santo Tomé-San Borja que se encargará por ejemplo de analizar la construcción de la represa Garabí y de la posible instalación de papeleras sobre el río Uruguay. Se trata de un órgano político conjunto entre ambas comunidades de fronteras que resurgió el pasado martes con la asunción de los miembros de la Cámara integrada por vereadores y concejales. La construcción de la represa hidroeléctrica Garabí XXI y la posible instalación de industrias papeleras de una u otra orilla del Río Uruguay, son temas de tratamiento para éste órgano, ya que se trata de puntos que ya forman parte de un tratamiento inmediato por parte de estos legisladores, a los cuales podrán sumarse los departamentos ejecutivos. (FERNÁNDEZ, 2006)

A Câmara Binacional São Borja-Santo Tomé desenvolve, ainda, outras ações, fóruns e seminários em áreas como:

- Saúde pública, na qual um dos objetivos é o controle da dengue, um problema que cada vez mais preocupa a região da fronteira oeste gaúcha e nordeste correntina;
- Segurança Pública, abarcando temas como o tráfico de drogas que é praticado na região fronteira, dado a possibilidade de evasão dos criminosos pelas fronteiras;
- Desburocratização e agilidade no trânsito de fronteiras, sendo esse ponto referente, em parte, à frequência com que turistas e caminhoneiros são abordados nas rodovias brasileiras e argentinas, incluindo-se aí os constantes relatos de pedidos de propina dos que se utilizam das rodovias mercosulinas (RANGEL, 2007).

Como se pode notar, esse projeto político binacional desenvolvido nessa área de fronteira encerra em seu cerne dois pontos que são fundamentais para o progresso do ideal mercosulino de integração. Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que são buscadas soluções conjuntas para problemas pontuais e estratégicos, comuns a ambas as comunidades, as quais o esforço cooperativo torna mais exequíveis.

Em segundo lugar, a aproximação espontânea dos legislativos municipais demonstra que a economia, ainda que importante, pode ser apenas uma etapa da integração, mas não necessariamente seu objetivo final, pois, de acordo com o exemplo proporcionado pela União Europeia, a integração regional pode vir a ser muito mais do que a troca facilitada de mercadorias, mas também a troca de soluções e de ideias e, principalmente, o desenvolvimento de um sentimento de identidade e de pertença que ultrapasse as fronteiras e crie um novo paradigma de cidadania.

Após um passado de guerras sangrentas no qual essa região de fronteiras esteve intimamente envolvida, tem-se a impressão de que os povos do Cone Sul concluíram que a amizade e o trabalho conjunto ainda são as melhores maneiras de que dispõem para conquistar um futuro melhor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços globais nunca foram tão complexos como na atualidade, ensejando uma grande discussão acerca do papel do Estado, um ator político privilegiado, de envergadura internacional e encarregado de promover a elevação do bem-estar de suas populações. Nesse cenário, cooperar e integrar-se com seus vizinhos, da forma mais ampla possível, parece ser não apenas uma opção dos Estados nacionais, mas uma necessidade, dado que outras regiões o estão fazendo com sucesso e, dessa situação, auferindo poder político e econômico global, a exemplo da União Europeia ou do NAFTA.

A integração e a cooperação econômica e política regional, a porosidade fronteira ao capital e não ao trabalho, a criação de grandes blocos econômicos que reúnem várias nações com um grau de articulação jamais antes visto, são objetos de estudos por parte de diversas áreas do conhecimento, como o Direito internacional, a sociologia e a ciência política, entre outras. Contudo, a percepção de todos esses fenômenos ganha um contexto empírico poderoso nas áreas de fronteira, pois é justamente nesses espaços que a integração mostra seu lado mais prático e observável, sendo factível, inclusive, que algumas soluções cooperativas/integrativas locais possam converter-se, por meio das devidas adaptações, em mecanismos transplantáveis para contextos mais amplos.

Em termos científicos, a busca pelo entendimento de que a integração regional será um fenômeno tão positivo – e bem-sucedido – quanto forem positivas as ações que seus povos realizam nos locais onde possuem contato direto é um espaço ainda pouco aproveitado nos estudos sobre a cooperação econômica e política internacional, assim como pouco aproveitadas são, *ipso facto*, as soluções encontradas por esses locais, tanto para o compartilhamento de dilemas quanto para reforçarem os elos históricos que os unem.

O caso de cooperação política implementada entre os legislativos municipais das cidades de São Borja, no Brasil, e de Santo Tomé, na Argentina, constitui-se um importante – mas não único – exemplo de como a vontade política é o grande fator por

trás da cooperação e do aprofundamento das relações entre as nações da América Latina, que, a despeito de geralmente associarem-se visando fatores ligados à economia, devem buscar juntas uma integração sólida, efetiva, participativa e, principalmente, que auxilie a região, por um lado, em seu desenvolvimento econômico e, por outro, na luta contra os graves problemas sociais que as caracterizam.

Em termos mais concretos – e com base na pesquisa empreendida –, é importante destacar que se acredita ter atingido o objetivo geral deste trabalho, dado que se cumpriu o propósito de estudar o caso da Câmara Binacional São Borja (BR)-Santo Tomé (AR), esta compreendida dentro do universo da cooperação intermunicipal exercida em nível internacional. Também os objetivos específicos que operacionalizaram este estudo foram atingidos, ou seja, caracterizou-se as relações internacionais (inclusive seus principais conceitos e abordagens), definiu-se o paradigma mais adequado, analisou-se o impacto da globalização nas relações internacionais e no Estado moderno, estudou-se historicamente o Mercosul (especialmente suas principais virtudes e debilidades) e, finalmente, discorreu-se sobre as especificidades dos processos integrativos nas zonas fronteiriças.

Para finalizar, teve-se, ainda, a confirmação das duas hipóteses que foram levantadas no início do presente trabalho, ou seja, verificou-se que a cooperação entre cidades interfronteiriças pode auxiliar na resolução de alguns dilemas comuns a ambas e, da mesma forma, que cada vez mais as autoridades não ligadas às esferas federais têm conseguido negociar com sucesso em um ambiente internacional e globalizado.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto G. O. **Mercosul**: balanço atual e perspectivas de consolidação. Debates: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung, nº 14, 1997.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Relações internacionais**: dois séculos de história – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947

a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001.

ALVES, José Augusto L. **Relações internacionais e temas sociais**: a década das conferências. Brasília: IBRI, 2001.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. 2 ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

ARROYO, Mónica. O processo de globalização e a integração regional. In: STROHAECKER, Tânia M. et al. **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: Associação dos geógrafos brasileiros - Seção Porto Alegre, 1998.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CAMARA, Bruno W. C. Tópicos sobre integração regional e o seu papel em face das economias globalizadas. In: LOPES, Cicero Galeno; COSTA, Márcia Caetano. **Mercosul e o conhecimento**: os desafios da integração. Rio Grande do Sul: Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais, 2004.

CANO, Hugo González. Harmonização fiscal: competição e coordenação nos países do Mercosul. In: REZENDE, Fernando; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Federalismo e integração econômica regional**: desafios para o Mercosul. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2004.

CARVALHO, Maria A.; SILVA, César R. L. **Economia internacional**. São Paulo: Saraiva, 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTELLO, Iára R. (Org.). Áreas de fronteira: territórios de integração, espaços culturalmente identificados?. In: **Práticas de integração nas fronteiras**: temas para o Mercosul. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995. p. 15-26.

CATEORA, Philip R.; GRAHAM, Jonh L. **Marketing internacional**. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

CEI – CENTRO DE ECONOMÍA INTERNACIONAL. **Cuadros estadísticos Mercosur**. Disponível em: <<http://cei.mrecic.gov.ar/estadisticas/mercosur/cuadro11.xls>> Acesso em: 02 fev. 2008.

CERÓN, Nicolás. Evolución de la dimensión social en el Mercosur y en la Unión Europea. **Revista Cuadernos de Negocios Internacionales e Integración**, v. XII, n. 56-57, p. 50-55, janeiro-agosto 2006.

CHAHAD, José Paulo Z. O mercado de trabalho e a segurança de emprego e de renda no Brasil: estágio anual e sugestões a partir da experiência internacional. In: CHAHAD, José Paulo Z.; PICCHETTI, Paulo (Org.). **Mercado de trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais**. São Paulo: LTr, 2003.

DATHEIN, Ricardo. **Mercosul: antecedentes, origem e desempenho recente**. Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas. Texto para discussão, nº 10, 2004.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. Fin del trabajo o trabajo sin fin. In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique (coord.). **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 755-773.

DEUTSCH, Karl W. **Análise das relações internacionais**. 2 ed. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

FARRET, Ricardo. Especificidades das áreas urbanas de fronteira. In: CASTELLO, Iára R. et al. **Fronteiras na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997.

FERNÁNDEZ, Ramón. Resurgió la Cámara Legislativa Binacional Santo Tomé-San Borja. **Diario Época**, Santo Tomé, 23 abril 2006. Disponível em: <[http://www.diarioepoca.com/2006/04/23/politica/l\\_resurgio.php](http://www.diarioepoca.com/2006/04/23/politica/l_resurgio.php)> Acesso em: 12 out. 2007.

FOSCHETE, Mozart. **Relações econômicas internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 1999.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.

GONÇALVES, William. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Governadores gaúcho e de Corrientes discutem Usina Binacional de Garabi**. Disponível em: <[http://www.estado.rs.gov.br/principal\\_busca.php?inc=noticias\\_view.php&notid=52559&vac=&corede=&opcaomenu=1](http://www.estado.rs.gov.br/principal_busca.php?inc=noticias_view.php&notid=52559&vac=&corede=&opcaomenu=1)>. Acesso em: 21 fev. 2007.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Nas costas da globalização: as perspectivas dos países periféricos frente às transformações internacionais. In: FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Fragmentos da globalização na educação: uma perspectiva comparada**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. **El choque de las civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial**. Buenos Aires: Paidós, 2001.

IANI, Octavio. Nação e globalização. In: SANTOS, Milton et al. **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **A era do globalismo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LARANGEIRA, Sônia M. G. Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90. **Revista Educação e Sociedade**, v. 18, n. 61, dez. 1997.

LEHNEN, Arno C. et al. O espaço fronteira Brasil-Uruguaí. In: SEITENFUS, Vera M. P.; BONI, Luís A. (Coord.). **Temas de integração latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MALLMANN, Maria I. Relações políticas internacionais: como entendê-las? **Revista de Ciências Sociais da PUCRS**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 233-244, jul./dez. 2005.

MARTINS, Estevão Chaves de R. **Relações internacionais: economia política e globalização**. Brasília: IBRI, 2002.

MARTINS, Sérgio Roberto. **Límites del desarrollo sostenible en América Latina: en el marco de las políticas de (re)ajuste económico**. Pelotas: Ed. UFPel, 1995.

MERLE, Marcel. **Sociologia das relações internacionais**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

OLIVEIRA, Naia; BARCELLOS, Tanya M. de. Fronteiras no mundo globalizado: o fim dos limites? In: **Indicadores Econômicos FEE**, v. 27, n. 2, p. 153-162, Set. 1999.

OLIVEIRA, Naia; KÖCH, Mirian R.; BARCELLOS, Tanya M. de. A. Fronteira Oeste do RS na perspectiva da integração latino-americana. In: CASTILHOS, Clarisse et al. **Impactos sociais e territoriais da reestruturação econômica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE/FINEP, 1999.

PÉBAYLE, Raymond. As regiões fronteiriças e o projeto de integração do Mercosul. In: LEHNEN, Arno C.; CASTELLO, Iara R.; SCHÄFFER, Neiva Otero. **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

PROCÓPIO, Argemiro. China em tempos de mudança. In: MARTINS, Estevão Chaves de R. (Org.). **Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI, 2003.

RANGEL, José F. Fórum sobre Saúde e Segurança. **FlashSB** - Levando São Borja para o mundo. São Borja, 09 set. 2007. Disponível em:  
<<http://www.flashsb.com.br/?pag=ler&noticia=412>> Acesso em: 20 out. 2007.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força de global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez Ed., 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHÄFFER, Neiva O. Globalização e fronteira. In: CASTELLO, Iara R. et al. (Org.). **Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995. p. 79-91.

SEITENFUS, Ricardo. O Mercosul e a penhora da casa. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, set./dez., 2005.

SERBIN, Andrés. Entre la globalofobia ey el globalitarismo: sociedad civil, movimientos sociales e globalización en América Latina e el Caribe. In: GÓMEZ, José María (Comp.). **América Latina y el (des)orden global neoliberal: hegemonía, contrahegemonía, perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. 2002. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível

em:

<<http://acd.ufrj.br/gruporetis/gruporetis/modules/wfdownloads/singlefile.php?cid=1&lid=3>>. Acesso em: 24 jul. 2007.

VALENCIANO, Eugênio O. La frontera: un nuevo rol frente a la integración – la experiencia en el Mercosur. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 185-205, 1996.

VENTURA, Deisy de Freitas L. **As assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia: os desafios de uma associação inter-regional**. São Paulo: Manole, 2003.

WENDZEL, Robert L. **Relações internacionais: o enfoque do formulador de políticas**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

ZAPPAROLI, Irene Domenes; LIMA, Zuleica Amaral A. de. Processo de globalização e suas implicações. **Revista Temática: estudos de administração**. Londrina, n. 15, p. 61-88, jun. 1998.